



IV-148 - O FÓRUM PERMANENTE DA BACIA DO RIO JAGUARIBE: UMA INICIATIVA DE GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA DOS RECURSOS HÍDRICOS DA CIDADE DO SALVADOR/BA

Maíra Menezes de Azevêdo.⁽¹⁾

Bióloga pelo Instituto de Biologia da UFBA. Mestre em Imunologia pelo Instituto de Ciências da Saúde da UFBA. Gerente de Informações, Sustentabilidade e Equilíbrio Ambiental da Superintendência do Meio Ambiente (SMA) da Prefeitura de Salvador. Consultora Internacional em Sustentabilidade da Children's Project e. V. da Alemanha.

Ângela Gordilho Barbosa.

Socióloga pela Faculdade de Ciências Sociais da UFBA. Mestre em Administração Pública pela Faculdade de Administração da UFBA. Doutora em Urbanismo pela Universidade de Paris XII – Créteil – França. Técnica da Superintendência do Meio Ambiente (SMA) de Salvador. Professora do Centro Universitário da Bahia (FIB).

Benedito Augusto Wenceslau Silva.

Biólogo pelo Instituto de Biologia da UFBA. Mestre em Geoquímica pelo Instituto de Geociências da UFBA. Chefe do Setor de Monitoramento e Controle de Indicadores da Superintendência do Meio Ambiente (SMA) da Prefeitura de Salvador.

Soraia Santos Monteiro

Graduanda em Geografia pelo Instituto de Geociências da UFBA. Estagiária do Instituto de Gestão das Águas e Clima do Estado da Bahia (INGÁ). Bolsista de Iniciação Científica PIBIC/CNPq.

Mahine Santana Pedreira

Bióloga pela Universidade Católica de Salvador (UCSal).

Endereço⁽¹⁾: Av. Sete de Setembro 85 -Ed.Oxumaré – Salvador-BA. CEP: 40.020-190 - Brasil - Tel: (71) 2201-8342 - e-mail: mairasma@gmail.com

RESUMO

No Brasil, a gestão das águas é tida como de competência dos Estados e da União, porém a realidade das cidades brasileiras exige uma forte necessidade de repensar a relação de configuração urbana em função de suas águas. Em Salvador, o sistema hidrográfico acumula um passivo histórico fruto de um processo de urbanização acelerado, desordenado e excludente e das deficiências de saneamento ambiental. Pensando em contribuir para uma mudança desse paradigma, o Fórum Permanente da Bacia do Jaguaribe surge como uma iniciativa de construção de um espaço de discussão de um modelo de gestão participativa das águas no nível local. Este artigo tem como objetivo apresentar o processo de formação e atuação do Fórum Permanente da Bacia do Rio Jaguaribe com vistas a demonstrar o seu desempenho como iniciativa de gestão democrática e participativa capaz de sugerir e desenvolver projetos e ações que visem à preservação e controle socioambiental da área.

A Bacia do Rio Jaguaribe foi escolhida como piloto no escopo do Programa de Diagnóstico, Recuperação e Conservação das Bacias Hidrográficas situadas no Município de Salvador, elaborado pela Superintendência do Meio Ambiente do Município. Essa escolha foi baseada, principalmente, por esta região ser foco atual da expansão urbana da cidade e ainda guardar importantes remanescentes de vegetação nativa e um sistema hídrico rico, embora pouco conhecido e preservado. A área ainda abrange a região conhecida como miolo da cidade, com bairros populares bastante populosos com muitos problemas relacionados a ocupação irregular, falta de saneamento, perda de áreas verdes e aumento da violência.

Como resultado em curto prazo, espera-se alcançar um maior grau de representatividade e autonomia do Fórum Permanente da Bacia do Jaguaribe, passando pela sua formalização e pela capacitação continuada de seus membros quanto a sua organização. Em decorrência disso, vem sendo estimulada a integração do Fórum nas discussões que envolvem a gestão de águas a nível estadual, bem como na proposição e execução de ações no seu território.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão democrática e participativa, Recursos hídricos, Fórum da Bacia do Jaguaribe.



INTRODUÇÃO

O sistema hidrográfico do Município de Salvador encontra-se, atualmente, em avançado estado de deterioração, decorrente principalmente da ocupação desordenada, sem critérios ambientais relevantes e da deficiência de um sistema efetivo de saneamento ambiental em grande parte da cidade.

Devido ao nível de comprometimento ambiental dos rios e outros corpos d'água do Município, a solução deste problema exige a participação efetiva da população, tanto na discussão do problema como na elaboração de estratégias e na efetivação de algumas ações, principalmente aquelas que dizem respeito às mudanças de comportamento no cotidiano das comunidades.

No Brasil, a gestão das águas é tida como de competência maior dos Estados e da União. Porém, encontramos na realidade das cidades uma forte necessidade de repensar a relação de configuração urbana em função de suas águas. Em Salvador, isso é ainda mais verificado em virtude da configuração espacial (geográfica) do município, com rios que nascem e deságuam em seu território. Nas duas últimas décadas, a política de recursos hídricos tem promovido aportes teóricos os mais variados em torno do debate da transversalidade, da gestão democrática e participativa, entre outros. Neste sentido vale salientar a experiência dos Comitês de Bacia que representam uma mudança na escala territorial de gestão além de conformarem fóruns democráticos, pluralistas e participativos que tendem a estabelecer novas relações de poder no trato das questões relativas aos projetos de âmbito regional. No entanto, devido ao volume de demandas, os Comitês nem sempre conseguem responder a tempo a questões mais específicas, sobretudo em se tratando de áreas urbanas, onde a velocidade de transformação do espaço tende a acontecer num ritmo mais acelerado. Por isso, o fomento à criação de um espaço de discussão mais local, visando trabalhar o empoderamento dos atores e o aumento do diálogo com as demais instâncias responsáveis pela gestão de águas tem se tornado imprescindível na cidade.

Pensando em contribuir para uma nova percepção da gestão socioambiental na realidade urbana de Salvador, partindo do princípio do cuidado com as águas, a SMA- Superintendência de Meio Ambiente de Salvador, em conformidade com sua competência legal, desenvolve desde 2005 o *Programa de Diagnóstico, Recuperação e Gestão das Bacias Hidrográficas situadas no Município de Salvador*. Para implementação deste Programa, elege-se como experiência piloto a Bacia do Rio Jaguaribe, área de expansão urbana da cidade, sujeita a grande especulação imobiliária e que ainda guarda mananciais e importantes extensões de áreas vegetadas. Como uma das ações do Programa, fomentou-se, então, a criação do Fórum Permanente da Bacia do Rio Jaguaribe, um espaço democrático de discussão e de proposição de políticas públicas e de ações de formação e intervenção com o intuito de manutenção, recuperação e uso sustentável da Bacia. O Fórum vem sendo construído de forma democrática e participativa, características que devem ser consolidadas na sua gestão tendo como foco central a questão da representatividade e autonomia, que se prevê alcançar a partir do “empoderamento” de seus participantes.

São inúmeros os significados deste termo, sendo muito utilizado para explicar as diversas formas de organização de grupos da sociedade civil. Para a compreensão do termo empoderamento no presente artigo vale citar Gohn (2004), que emprega o conceito para duas ações distintas: de um lado, as ações de impulso a grupos e comunidades na qual se busque a efetiva melhora de suas existências, com autonomia, qualidade de vida e aumento de visão crítica da realidade social; de outro, práticas de assistência a populações carentes e excluídas que não retiram os beneficiários da relação de dependência de tais ações e que vêm sendo conduzidas por ONGs do terceiro setor mediante parcerias com o Estado.

A proposta de criação, conformação e organização do Fórum Permanente da Bacia do Jaguaribe se adequa à primeira concepção, que se identifica com a direção geral das ações coletivas que caminha, segundo Gohn (2007), no sentido do empoderamento de grupos e indivíduos via a capacitação política e organizacional devendo levar ao resgate/crescimento da auto-estima e à construção da identidade.

Neste sentido, este artigo tem como objetivo apresentar o processo de formação e atuação do Fórum Permanente da Bacia do Rio Jaguaribe com vistas a demonstrar o seu desempenho como iniciativa de gestão democrática e participativa capaz de sugerir, discutir e desenvolver projetos e ações que visem à preservação e controle socioambiental da área, estabelecendo um novo canal legítimo de diálogo com outras instâncias que partilhem a responsabilidade pela gestão das águas e pela gestão ambiental do município.



LOCALIZAÇÃO

Dentre as várias Bacias do Município de Salvador, a Bacia do Rio Jaguaribe constitui uma das maiores. Nesta Bacia, encontram-se os bairros de Águas Claras, Cazajeiras, Canabrava, Castelo Branco, Sete de Abril, Mussurunga, Bairro da Paz, Piatã, Patamares e a Avenida Pinto de Aguiar. Além destes bairros, surgem novas localidades nessa região, como Trobogy, Bosque Real, Vila Canária, Daniel Gomes e outras, estas nas proximidades da antiga Estrada Velha do Aeroporto. A maioria desses bairros e localidades é caracterizada por um adensamento populacional crescente, apresentando problemas relacionados à ocupação irregular, falta de saneamento, aumento da violência e áreas em situação de risco ambiental. Com a aprovação do PDDU, mais recentemente, o novo bairro da Paralela começa a se configurar, com construções de muitos empreendimentos imobiliários, novos centros comerciais, universidades e previsão de novas vias. Juntamente com Patamares e Piatã, a Paralela configura uma área mais nobre de moradia. Esta Bacia representa um dos principais vetores de expansão da cidade, no qual está projetada a construção da Av. 29 de Março, que margeará o Rio Jaguaribe a partir de Águas Claras prolongando-se até a Avenida Paralela, devendo intensificar a pressão da ocupação urbana sobre esse rio e na Bacia como um todo.

A área da Bacia do Jaguaribe, por sua importância ambiental, já foi objeto de estudos da SEPLAM (SALVADOR, 1996) visando prever unidades de conservação e o planejamento da ocupação do solo de forma a evitar a sua degradação.

Conforme o citado Programa, elaborado em 2005, esta Bacia apresenta em sua foz um dos últimos remanescentes de manguezal no meio urbano, o “Passa Vaca”, além de guardar importantes remanescentes representativos da Mata Atlântica, que contribuem em muito para garantir conforto ambiental para a cidade, com uma composição paisagística que mescla vegetação exuberante com zonas de mananciais hídricos, de grande valor ambiental e paisagístico. Contudo, apesar da sua grande relevância ecológica, a Bacia do Jaguaribe vem sofrendo atualmente um acelerado processo de degradação, pressionado pelo já mencionado crescimento da ocupação, com desmatamento da sua mata ciliar, lançamento de efluentes domésticos não tratados, lixo e assoreamento do seu leito.

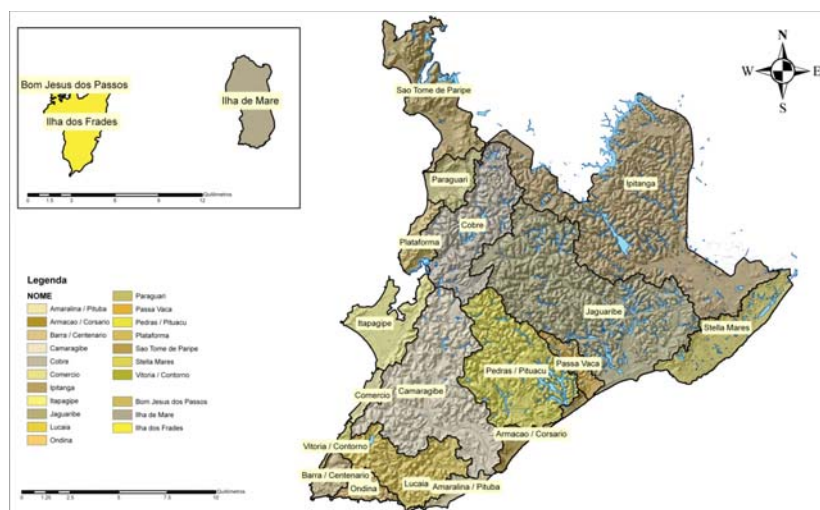


Figura 1: Delimitação das Bacias Hidrográficas inseridas no município de Salvador (Fonte: Projeto Qualidade Ambiental das Águas e da Vida Urbana em Salvador¹).

Juntamente com as demais bacias hidrográficas situadas no município, insere-se na Bacia do Recôncavo Norte, seguindo a divisão em regiões de planejamento e gestão das águas estabelecida pelo Estado. A Bacia do Recôncavo Norte já possui seu Comitê instituído e, atualmente, encontra-se em discussão o processo de encaminhamentos para a elaboração do Plano da Bacia.



O encaminhamento para a criação do Fórum Permanente da Bacia do Rio Jaguaribe deu-se no “*Seminário Bacia do Jaguaribe: discutindo o futuro*” realizado em setembro de 2007 e que contou com a presença de lideranças e moradores das comunidades que integram a Bacia, diversas organizações sociais locais, representantes de órgãos públicos municipais e estaduais, universidades, ONGs e associações profissionais. Nesse Seminário, foram apresentados os andamentos dos projetos desenvolvidos no âmbito do Programa, trabalhos técnicos sobre o tema bacias urbanas, sobre a região da Bacia e sobre o papel do Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

Essa relação é importante para destacar o trato com a gestão das bacias urbanas da capital no exercício de gestão das águas conduzido pelo Estado. Além de, assim, poder contar com aporte de recursos, uma vez sendo inseridas as demandas locais no Plano da Bacia a ser elaborado.

Um dos projetos desenvolvidos com outros parceiros tinha como objetivo a formação de coletivos educadores para territórios sustentáveis, aprovado pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente ainda no final de 2005. Como área focal, estabelecemos, em parceria, que trabalharíamos então na Bacia piloto, Jaguaribe. A partir do trabalho com o Coletivo, foi se desenvolvendo uma aproximação gradual com as comunidades inseridas na Bacia e com a realidade local. Outros parceiros do Coletivo (como a Agenda 21 de Cajazeiras) e potenciais atores identificados no processo (ONGs, COLIEVA, indituições de ensino e pesquisa) foram se articulando, formando uma rede. A intenção do Coletivo era a formação de uma rede de educadores, fomentando a educação ambiental a partir de trocas de conhecimentos e de ações de formações entre os participantes.

O processo de mobilização em torno da criação do Fórum encontrou, dessa forma, um valioso embrião no Coletivo e tem evoluído no sentido de criar ou incentivar uma cultura de participação coletiva para gestão ambiental dos recursos hídricos do Município de Salvador. Estimular o processo de governança no âmbito das bacias hidrográficas de Salvador passa necessariamente pelo incremento à noção de pertencimento a um território configurado pelo recorte hídrico.



Então, como encaminhamento do Seminário, formou-se uma comissão provisória, que evoluiu para a constituição do Fórum. Essa comissão inicial agregava cerca de 23 entidades, que passaram a discutir conjuntamente possibilidades de organização e de atuação, com o objetivo comum de contribuir para uma gestão sustentável do território.

Como metodologia de atuação do Fórum optou-se pela prática de:

- Reuniões periódicas com pautas pré-fixadas e responsabilidades definidas entre os seus participantes. Para manter o seu caráter democrático e de participação todas as questões são discutidas por todos os membros presentes. Para racionalizar e potencializar as discussões foram criados grupos de trabalho para tratar de assuntos específicos, como o GT - Metodologia para a estruturação institucional do fórum, GT - Informação para organização e desenvolvimento da capacitação dos integrantes e GT - Mobilização/Sensibilização para divulgação das ações do Fórum, proporcionando o envolvimento das comunidades nas intervenções do espaço da Bacia, além de facilitar a adesão de novos participantes.
- Visitas à área com o intuito de conhecer seus limites, amadurecer as reais questões ambientais existentes, uniformizar conhecimentos sobre os problemas e possíveis soluções, além de exercer a prática de mobilização e sensibilização das comunidades que residem no entorno;
- Ações de formação promovidas pelo próprio Fórum. Aprendizado participativo, baseado na metodologia do projeto para formação de coletivos educadores, segundo a qual *o objetivo de um Coletivo Educador é promover reflexão crítica, aprofundamento conceitual, instrumentalização para a ação, proatividade dos seus participantes e articulação institucional visando a continuidade e sinergia de processos de aprendizagem de modo a percolar, de forma permanente todo o tecido social da região foco* (em “Guia de Constituição de Coletivos Educadores em Educação Ambiental”, publicação do MMA).

RESULTADOS

Ao longo do período de um ano, entre setembro de 2007 e setembro de 2008, foram realizadas oito reuniões do Fórum, duas oficinas de formação, ações de sensibilização, articulação e mobilização comunitária, promoção de parcerias e saídas a campo para reconhecimento territorial. Houveram dois períodos de intervalo do processo de encontros: um no início de 2008 (durante a preparação para a realização da II Conferência Municipal do Meio Ambiente) e outro no período próximo à eleição e transição da gestão municipal, mais recentemente.

Alguns resultados obtidos nesse período podem ser destacados:

Discussão e apresentação de propostas para o PDDU – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano no tocante a alguns artigos relacionados a saneamento ambiental;

Participação efetiva dos participantes do Fórum na II Conferência Municipal do Meio Ambiente, que seguiu a metodologia de realizar pré-conferências por Bacia Hidrográfica e cujo tema foi Saneamento e Mudanças Climáticas;

Discussão e aprovação do regimento interno do Fórum;

Capacitação dos integrantes do Fórum nas Oficinas de “Legislação Ambiental” e “Manejo de Água e Produção de Alimentos em Áreas Urbanas”;

Parceria com o Grupo de Estudos de Bacias Urbanas, do Instituto de Geociências da UFBA - Universidade Federal da Bahia, para ações de sensibilização ligadas a temáticas do saneamento e uso racional da água em escolas municipais inseridas na Bacia;

Discussão para integração do Fórum Permanente da Bacia do Jaguaribe, totalmente inserida em área municipal, como representação no Comitê da Bacia do Recôncavo Norte,;



Participação dos integrantes no Seminário do SISNAMA através vídeo conferências sobre os temas: Participação Social na Construção e Implementação de Políticas Públicas; Arranjos de Participação nas Políticas Ambientais; Conselhos Ambientais; Novos/outros espaços de Participação Social.

DISCUSSÃO

Durante o período relatado, cerca de um ano, observou-se oscilação na participação dos envolvidos. Foi grande o embalo inicial, com uma participação bem intensa em torno da organização do Fórum e da construção das contribuições deste para a discussão do PDDU (final de 2007) e da II Conferência Municipal do Meio Ambiente (início de 2008). No período seguinte, de elaboração e discussão do regimento interno e definição de ações subsequentes, a participação diminuiu, deixando clara a necessidade de haver um encaminhamento quanto ao papel do Fórum e à efetivação de ações em nome dele. Foi interessante notar o afastamento de algumas instituições e a aproximação de outras, de forma que o grupo mais constante foi assim dando seguimento ao processo. Vale destacar a existência de um local de fácil acesso (Faculdades Jorge Amado), inserido na Bacia, para reunião do grupo e o papel de mobilização desempenhado pela SMA como fatores fundamentais para essa continuidade. Tanto que os intervalos aconteceram justamente quando coincidiram com outros processos importantes no cenário político local, quando o órgão precisava se afastar para dar conta dessas outras demandas ou quando tentamos utilizar outros espaços.

Por outro lado, essa interrupção temporária nos mostra a sutileza na condução de um processo de mobilização social onde se pretende alcançar uma participação efetiva, com compromisso e divisão de responsabilidades visando instalar um fórum que se perpetue como representação local na discussão da gestão de águas. Considere-se também o pioneirismo da proposta, uma vez que é novo incentivar uma instância participativa para gestão de águas num nível mais local, particularmente em Salvador.

O amadurecimento dessa iniciativa passa pela necessidade de se trabalhar com organização social, construir em grupo um sentido de participação e representatividade, e, ao mesmo tempo, desenvolver a capacidade de dar resposta a questões que vão aparecendo no processo, no sentido não só de propor políticas, mas também de promover ações de intervenção que ajudem na solução de problemas apresentados. É comum em instâncias de gestão participativa ocorrer que muitas instituições apresentem suas reivindicações, mas não participem dos encontros, principalmente nos momentos de tomada de decisão. Assim, é preciso que se discuta a condução do Fórum, a formação continuada e o nivelamento de informações para o empoderamento dos participantes. Essa discussão passa também pela identificação de potencialidades e fortalecimento de iniciativas locais.

O desafio que se configura é alcançar a autonomia do Fórum, traduzida na constatação de que todos os seus membros sejam capazes de participar efetivamente dos processos decisórios igualitariamente. Entretanto, sabe-se que este não é um processo de curto prazo e como forma de manter o fôlego de mobilização, é muito importante praticar o princípio da teoria-ação, estabelecido pelo grupo na primeira reunião de formação do Fórum, promovendo ações de formação dos participantes e de intervenção nas comunidades envolvidas, paralelamente aos processos de discussão e encaminhamentos de políticas. É necessário enxergar cada passo e seus desdobramentos e compartilhar isso no grupo, de modo que haja uma consolidação de políticas e programas de caráter sustentável, que promovam/ assegurem os interesses coletivos de todos os envolvidos. Estas ações devem ser transformadoras e positivas de forma que contemplem, em última análise, todos os sujeitos deste processo.

Além disso, a instrumentalização dos participantes é necessária para que as discussões sejam fortalecidas, com base no conhecimento, amadurecimento e sensatez adquiridos sobre os focos temáticos em debate. O trabalho continuado com todos os membros deve ser freqüente, o que é significativo para este processo em construção. Compreende-se que a mobilização feita dessa forma evita que o conteúdo das discussões seja esvaziado, tornando o diálogo mais aberto e equilibrado entre os envolvidos: sociedade civil e poder público. Nesse sentido, entende-se que o Fórum deverá ser institucionalizado, passando a ter um grau de representatividade reconhecido na sociedade e garantindo a seguridade das decisões e encaminhamentos.

No tocante à relação com o Comitê de Bacia respectivo, é preciso mencionar que a Política Nacional de Recursos Hídricos prevê dentre os seus instrumentos, os Planos de Recursos Hídricos. Estes são definidos como planos diretores que visam fundamentar e orientar a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e o gerenciamento dos recursos hídricos e serão elaborados por bacia hidrográfica, por Estado e para



o País (Lei 9.433/97, Artigos 5º. a 8º.). Assim, os planos são a base para o planejamento e a gestão ambiental das bacias hidrográficas, cabendo a sua aprovação aos Comitês de Bacias Hidrográficas, que por sua vez têm como uma das suas competências, “acompanhar a execução do Plano de Recursos Hídricos da bacia e sugerir as providências necessárias ao cumprimento de suas metas.” (Lei 9433, Artigo 38). Esses comitês regionalizam e descentralizam espacialmente a gestão das bacias, são a base para uma gestão participativa e compartilhada das águas, pois apresentam na sua composição, além de representantes do poder público, também usuários e entidades civis, o que os torna mais dinâmicos e democráticos. Parte daí, portanto, a necessidade de estreitar a relação entre o Fórum Permanente da Bacia do Jaguaribe e o Comitê da Bacia do Recôncavo Norte, inserindo no diálogo uma nova instância representação da esfera local capaz de apresentar com propriedade demandas e discutir programas e projetos visando a manutenção, recuperação e uso sustentável dos recursos hídricos no Município de Salvador.

Assim, o estudo compreende que o Fórum surge como uma instância de integração entre poder público e sociedade civil organizada, na medida em que suas ações permitem atenuar distinções decorrentes do sistema democrático representativo vigenteⁱⁱ. Entende-se que a delegação executiva por parte de um coletivo organizado é uma forma de poder decidir sobre planejamento de uma cidade, principalmente considerando os recursos naturais como fundamentais para o embasamento dos planos gerados. No Fórum, o poder é horizontalizado, todos os indivíduos participam dos processos decisórios. Todos exercem seu direito de participação, ou seja, a sua cidadania. Para tanto, o diálogo entre cidadãos comuns e técnicos é ético e as informações são passadas com clareza e honestidade para que todos possam decidir igualmente.

Segundo Souza (2006), o povo não é apenas um conjunto de indivíduos que habita o mesmo território, mas uma totalidade do corpo de cidadãos organizados. Desta forma, a participação de um grupo inserido nas esferas de discussão, mesmo que de forma insipiente, pode contribuir para minimização das desigualdades provocadas pelo nosso sistema democrático representativo. Sob esta ótica, entende-se que contradições geradas pelo sistema representativo podem ser superadas a partir de uma participação deliberativa, onde todos possam decidir de fato, embora tenha um representante, um indivíduo interlocutor das demandas deste coletivo. Além disso, a participação efetiva e voluntária, ou seja, que abarca o processo de organização e mobilização social permite que as ações públicas sejam monitoradas. Assim, o ato de participar permite que estes cidadãos tornem-se pessoas autônomas e conscientes de seus direitos e deveres. Para Souza, “Participar, no sentido essencial de exercer autonomia é a alma mesma de um planejamento e de gestão que queiram se credenciar para reivindicar seriamente o adjetivo democrático (a)”.

Contudo, o autor reconhece que o sistema democrático de direito possui algumas limitações, assim como o sistema democrático representativo. Ainda assim a democracia direta permite mais avanços como uma maior justiça social, uma participação efetiva democrática e autônoma. Neste sentido, Souza ressalva:

“Sob um ângulo autonomista, os instrumentos de planejamento, por mais relevantes e criativos que sejam, só adquirem verdadeira importância ao terem a sua operacionalização (regulamentação) e a sua implementação influenciadas e monitoradas pelos cidadãos. Caso contrário, corre-se o risco de atribuir aos instrumentos, em si mesmos, a responsabilidade de instaurarem maior justiça social, independentemente das relações de poder e de quem esteja decidindo, na prática sobre os fins do planejamento e da gestão da cidade” (SOUZA, 2006).

Desta forma, cidadãos organizados tem o poder de decidir autonomamente suas escolhas. Sendo este poder, algo adquirido por meio da interação deste grupo

“O ‘poder’ corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. Quando dizemos que alguém está ‘no poder’ estamos na realidade nos referindo ao fato de encontrar-se esta pessoa investida de poder, por um certo número de pessoas, para atuar em seu nome. No momento em que o grupo, de onde originara-se o poder (*potestas in populo*, sem um povo ou um grupo não há poder), desaparece, ‘o seu poder’ também desaparece.” (Castro. ET AL, 2006- Arendt apud Souza, 2006, p.80).

CONCLUSÕES

Como resultado em curto prazo, espera-se alcançar um maior grau de participação efetiva do Fórum Permanente da Bacia do Jaguaribe, passando pela sua formalização e pela capacitação continuada de seus membros quanto a sua organização e gestão. Em decorrência disso, vem sendo estimulada a integração do Fórum nas discussões que envolvem a gestão de águas a nível estadual, bem como na proposição e execução de ações no seu território.



De forma mais sistematizada, recomenda-se o fortalecimento do Fórum através de:

- formalização legal, imprescindível para qualificar a sua participação nas discussões do Comitê da Bacia do Recôncavo Norte, instância estadual de gestão participativa para a inserção da problemática das bacias urbanas no Plano de Bacia a ser consolidado;
- implantação de uma estrutura formal e estímulo a maior autonomia dos participantes;
- incremento constante da noção de pertencimento dos integrantes a um território configurado pelo recorte hídrico;
- criação de uma cultura de participação coletiva para gestão ambiental dos recursos hídricos do Município de Salvador.

Por último, para que esta iniciativa de gestão democrática e participativa dos recursos hídricos da cidade seja consolidada e tenha continuidade, propõe-se que esta experiência piloto seja replicada, incentivando-se e dando suporte à formação de novos Fóruns, em pelo menos mais três bacias do Município, como forma de promover a discussão e mobilização sobre o tema da gestão dos recursos hídricos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. GOHN, M. G. (2004) Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde e Sociedade** v.13, n.2, p.20-31.
2. ----- (2007) Conselhos gestores e participação sociopolítica, 3ª Ed. São Paulo, Cortez, 2007
3. SOUZA, M. L. Mudar a cidade. Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 556 p.
4. SOUZA, Marcelo Lopes de. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de ET AL (Orgs.) Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 8ªed., 2006, p. 77-116.
5. BACIAS HIDROGRÁFICAS NO MUNICÍPIO DE SALVADOR – Iniciativas de Gestão Integrada – publicação da Superintendência do Meio Ambiente do Município de Salvador, Prefeitura de Salvador. Salvador, 2006.
6. Site Instituto de Gestão das Águas e Clima – INGA: <http://www.srh.ba.gov.br/>
7. Site do Ministério do Meio Ambiente: www.mma.gov.br

ⁱ O Projeto Qualidade Ambiental das Águas e da Vida Urbana em Salvador vem sendo desenvolvido desde 2007. A proposta é coordenada pelo Grupos AGUAS - CIAGS / Escola de Administração – UFBA, conta com apoio do CNPQ, e estabeleceu, para sua execução, parcerias com órgãos públicos municipais, SEDHAM (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente) e SMA (Superintendência do Meio Ambiente), e estaduais, CONDER (Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia), EMBASA (Empresa Baiana de Águas e Saneamento SA), IMA (Instituto do Meio Ambiente), INGA Instituto de Gestão das Águas e Clima), SEMA (Secretaria do Meio Ambiente). A SMA considera esta parceria como integrante do Programa de Diagnóstico, Recuperação e Conservação das Bacias Hidrográficas Inseridas no Município de Salvador. O Mapa apresentado é um dos produtos gerados no escopo do Projeto.

ⁱⁱ A democracia (Demos= povos, Kratein= governar) nasceu na Grécia Antiga, em Atenas, no século VI a. C. na cidade, restrita aos considerados cidadãos, os grandes proprietários rurais. A palavra cidadão deriva do (do latim *civitanus*) surgida na Antiguidade. A mesma se referia àqueles que decidiam sobre os rumos da cidade (do latim *civitas*), pensada como unidade política. Sendo as questões de interesse comum discutidas em praça pública. Com o passar dos anos, a democracia se divide em dois sistemas: o sistema democrático representativo e o sistema democrático direto. Quanto a Democracia representativa, a mesma é um sistema político em que os eleitores delegam a representantes (vereadores, deputados e senadores), por alguns anos, o poder de decidir em seu nome as leis que deveremos todos obedecer. Ou seja, os cidadãos não exercem seu poder diretamente, mas sim os seus representantes. A democracia representativa se justificava até recentemente porque seria impossível reunir milhões de eleitores num mesmo local para votar, em assembleia. Entretanto, a apesar da conquista do voto direto, ou seja, das eleições diretas para homens e mulheres, a mesma traz como grave consequência o fato de haver poucas pessoas decidindo tudo em nome de milhões de eleitores. Já o sistema democrático direto é um o sistema político em que todos os cidadãos podem participar diretamente no processo de tomada de decisões. Seus eleitores opinam, votam e passam o resultado para o representante que, só então, vota o que foi determinado pela maioria. Foi muito utilizada pela chamada democracia grega em seu auge, mas no mundo moderno apenas a Suíça o utiliza, num formato próprio para o país, desde 1890.